caso em que serão inscritos pela ordem de classificação que obtiverem, quando igual ou superior a 10 valores;

c) Em terceiro lugar os actuais furriéis a quem faltarem somente as condições 2.^a e 3.^a do artigo 61.^o do decreto n.º 17:379, adoptando-se na sua classificação a doutrina da alínea anterior;

d) Em quarto lugar os furriéis que, tendo sido submetidos ao concurso referido nas alíneas anteriores, nêlo hajam obtido classificação inferior a 10 valores;

e) Em quinto lugar os que não tenham ido a concurso, por ordem de antiguidade no posto ou, quando esta seja igual, pela ordem de preferência seguinte:

- 1.^a Maior classificação no concurso pelo qual foi promovido ao posto de furriel;
- 2.^a Medalhas da classe de valor militar;
- 3.^a Cruz de Guerra;
- 4.^a Qualquer grau da Ordem da Torre e Espada;
- 5.^a Medalha da classe de bons serviços;
- 6.^a Mais habilitações literárias devidamente comprovadas;
- 7.^a Melhor comportamento militar;
- 8.^a Maior antiguidade do posto de primeiro cabo;
- 9.^a Mais tempo de serviço efectivo;
- 10.^a Mais idade.

§ 1.^o O concurso a que se referem as alíneas anteriores será aberto no dia 1 de Julho de 1935 e constará das três provas estabelecidas no regulamento de promoções aos postos inferiores do exército, aprovado pela portaria n.º 6:972, de 26 de Novembro de 1930, para o concurso para segundo sargento do quadro permanente do serviço geral do exército.

§ 2.^o Das escalas organizadas nos termos da presente lei será dado conhecimento aos interessados até 31 de Dezembro de 1935.

BASE III

O Ministro da Guerra fará publicar os diplomas e expedir as instruções necessárias à execução da presente lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 8:106

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o aviso de 1.^a classe *Bartolomeu Dias*, construído em Inglaterra, passe ao estado de armamento normal, nos termos do § único do artigo 7.^o do decreto n.º 23:276, de 30 de Novembro de 1933, com a lotação provisória igual à do aviso de 1.^a classe *Afonso de Albuquerque*, aprovada pela portaria n.º 7:994, de 4 de Fevereiro do corrente ano.

Ministério da Marinha, 21 de Maio de 1935.— O Ministro da Marinha, *Aníbal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação da Letónia, feita em conformi-

dade com o artigo 10.^o da Convenção para a melhoria de situação dos feridos e doentes nos exércitos em campanha, assinada em Genebra em 27 de Julho de 1929, o Governo Letão autorizou a Sociedade da Cruz Vermelha da Letónia a prestar concurso ao serviço sanitário oficial dos seus exércitos em caso de guerra.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, 11 de Maio de 1935.— Pelo Director Geral, *João Maria da Silva Lebre e Lima*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Lei n.º 1:903

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.^o É criado, junto da Repartição de Portos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, o Conselho de Tarifas dos Portos, destinado a habilitar o Governo com os elementos de estudo necessários ao estabelecimento de uma racional exploração comercial dos portos nacionais.

Art. 2.^o O Conselho de Tarifas pronunciar-se-á, como organismo consultivo, sobre todos os assuntos que influam na exploração comercial dos portos, quer estes estejam explorados directamente pelo Estado quer por organismos autónomos.

Art. 3.^o Entende-se por exploração comercial dos portos tudo o que envolva rendimento para o Estado, resultante da utilização de qualquer parte da área dos portos, suas instalações e utensilagem ou da prestação de quaisquer serviços que, directa ou indirectamente, tenham finalidade comercial, incluindo os que respeitem a abastecimento de navios, concessão de licenças e ao tráfego marítimo e fluvial dentro da área dos portos.

Art. 4.^o Compete especialmente ao Conselho de Tarifas:

- a) Emitir parecer sobre:
 - 1) Zonas de jurisdição e influência dos portos;
 - 2) Imposições fiscais a aplicar nas zonas de influência;
 - 3) Regulamentos gerais dos serviços de exploração;
 - 4) Regulamentos de tarifas;
 - 5) Contratos que se liguem com a exploração comercial dos portos, a celebrar entre as entidades exploradoras e outras entidades, e que não sejam da competência dos Conselhos de Administração dos Portos, se os houver.

b) Propor:

- 1) A revisão periódica das tarifas gerais;
- 2) A adopção de novas tarifas especiais ou a alteração das existentes;
- 3) A promulgação de medidas destinadas a promover a expansão comercial de cada porto dentro do princípio da conjugação racional das actividades dos diversos portos nacionais;
- 4) A adopção de providências destinadas a facilitar a utilização e exploração dos portos.

§ único. Os pareceres do Conselho de Tarifas dispensam e substituem a consulta a outros organismos oficiais dos vários Ministérios.

Art. 5.^o Os regulamentos de tarifas dos portos serão aprovados em decreto simples, referendado pelos Mi-